

A RELAÇÃO ENTRE CURRÍCULO ESCOLAR, POBREZA E OS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Aline Albuquerque da Cruz ¹
Jaqueline de Oliveira Gonçalves ²
Luciana Sales de Figueiredo ³
Maria de Lourdes Alves Rufo ⁴
Joselina de Castro Serudo ⁵

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica, sobre “A relação entre currículo escolar, pobreza e os alunos beneficiários do programa bolsa família na educação”, apresentamos uma reflexão a respeito da relação do currículo escolar com a pobreza e de que forma essa combinação pode intervir na vida dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação - PBF, tal programa, visa o reforço do direito a educação para as crianças e adolescentes, em idade escolar, que estão em situação de vulnerabilidade social. Por meio do estudo pretendeu-se, conhecer as diretrizes e dimensões do Programa Bolsa Família, discorrer sobre a historicidade do currículo, compreender o as mudanças do currículo, preconizado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e refletir sobre a relação do currículo com a pobreza e a repercussão na vida dos alunos beneficiários do PBF. Os procedimentos metodológicos utilizados foram por meio de pesquisa bibliográfica, para o embasamento teórico, utilizando artigos, teses de mestrado e livros, de abordagem qualitativa, em forma de estudo exploratória e descritivo. Tivemos como principal resultado, a crescente preocupação com o protagonismo juvenil, resultando na discussão do Projeto de vida dos estudantes, preconizada na BNCC do Ensino Médio para serem desenvolvidas no currículo escolar, e isso para os alunos beneficiários do PBF é de extrema relevância, mais do que seria para os outros alunos, pois as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, por meio da sobrevivência na extrema pobreza, traz um expectativa de melhora na vida desse aluno que precisa de um olhar diferenciado do docente.

Palavras-chave: Currículo, Programa Bolsa Família na Educação, Pobreza.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir das discussões e reflexões da Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família na Educação e o Núcleo de Gestão Curricular da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas – SEDUC/AM, entorno das mudanças e propostas de implantação do currículo escolar, que visa ir ao encontro das

¹ Mestre em Avaliação Escolar pela Universidade Federal de Juíz de Fora - MG, alinecruz@seduc.net;

² Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Amazonas - AM, jack380215@gmail.com;

³ Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Amazonas - AM, lucianafigueiredo@seduc.net;

⁴ Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Amazonas - AM, lourdesrufo@seduc.net;

⁵ Especialista em Micropolíticas Públicas em Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, joselina.castro@gmail.com.

necessidades e particularidades dos alunos, para tanto, relacionamos acerca da intervenção que o mesmo pode exercer no processo educativo e a vida dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação, da faixa etária de 16 e 17 anos, que estão em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo geral, realizar uma reflexão a respeito da relação do currículo escolar com a pobreza, e os impactos que os mesmos podem ou não exercer na vida dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação, para tal, faz-se necessário conhecer o objetivo do PBF na Educação, por meio das diretrizes e dimensões do programa, discorrer sobre a historicidade do currículo, compreender o currículo preconizado pela Base Nacional Comum Curricular, e refletir sobre as expectativas na vida dos alunos beneficiários do PBF, fazendo a relação do currículo escolar e a pobreza e de que forma essa combinação pode intervir na vida dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na Educação.

A Instituição Escola Pública, nos últimos anos, passou a absorver um número cada vez maior de alunos oriundos de todas as classes sociais, com necessidades e prioridades diferentes. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que 23% dos jovens brasileiros nem trabalham e nem estudam, os chamados (jovens nem-nem), tendo como maioria, mulheres de baixa renda, justifica-se dessa forma, a necessidade de discussões contínuas sobre o papel do ensino e o currículo que atenda as diversidades e regionalidades do país.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e fonte secundária, tornando momentos de profundo enriquecimento, e que a partir da visão de educação, uma das poucas certezas que temos hoje é o desafio de garantir o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade, inclusiva transcende as políticas educativas e se inscreve no centro das políticas sociais de desenvolvimento. Isso não significa retirar da escola seu papel específico na socialização do saber e na formação de atitudes compatíveis com a vida em sociedade, mas sim atribuir-lhe novas funções de articulação de outros atores para que não sobrecarregue tentando resolver os problemas do mundo, que permeiam as salas de aula.

2. METODOLOGIA

O artigo científico supracitado utilizou como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, sendo que o objetivo da pesquisa apresenta-se em forma de estudo exploratória e descritivo, que ocorre quando se analisa e correlaciona fatos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

ou fenômenos, sem manipulá-los, estudando e descrevendo características, relações existentes no grupo ou na realidade pesquisada (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, p. 79, 2007).

Segundo Minayo (2008, p.22) “metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e também o potencial do pesquisador”, portanto, para o embasamento teórico, foram utilizados artigos, teses de mestrado e livros.

Os métodos utilizados na coleta de dados do estudo foram de fonte secundária, por meio da investigação de documentos e dados extraídos de sítios, pertencentes ao Ministério da Educação, referentes ao ano de 2019, com o objetivo de utilizá-los para subsidiar a avaliação dos resultados deste artigo.

3.DESENVOLVIMENTO

A universalização da educação básica, com indicadores precisos de qualidade e de equidade, é condição essencial para disseminação do conhecimento totalmente produzido e acumulado para a democratização da sociedade.

O reconhecimento da criança e o adolescente como sujeitos de direitos, a serem protegidos e garantidos pelo Estado, sociedade e família como sendo prioridade absoluta, implica não apenas a sua consagração como direitos fundamentais, direitos humanos, mas a primazia de sua garantia, à medida que a prioridade nessa proteção tem como consequência a valorização e a dignidade da pessoa humana.

3.1. Programa Bolsa Família na Educação

As políticas sociais do Brasil no final da década de 90 eram desenvolvidas por um conjunto de programas de transferência direta de renda, que eram focalizados e fragmentados, tais como: O bolsa escola (Ministério da Educação), Bolsa alimentação (Ministério da Saúde), Cartão alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e Vale gás (Ministério de Minas e Energia).

Como uma forma de fortalecer o trabalho de combate a fome e a extrema pobreza, o governo federal unificou os programas sociais, dando origem ao Programa Bolsa Família, no ano de 2003 através da medida provisória Nº 132 e convertida em Lei Nº 10.386/2004. Neste contexto, o Programa Bolsa Família (PBF) se constitui em um programa de transferência de renda com condicionalidades, destinado a famílias em condição de pobreza e extrema pobreza.

O PBF visa não só promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda, mas também impedir sua reprodução, por meio do estímulo do exercício de direitos sociais básicos, como saúde e educação.

O programa estabelece “condições” para receber o benefício, são chamadas de condicionalidades, que são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do programa, quanto pelo poder público, para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos:

Paragrafo único. Caberá as diversas esferas de governo garantir o acesso pleno aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, por meio da oferta desses serviços, de forma a viabilizar o cumprimento das contrapartidas por parte das famílias beneficiárias do programa bolsa família (BRASIL, 2010, Art 27).

A condicionalidade do PBF em relação à educação, foi criado com o intuito de proporcionar a emancipação das famílias por meio do conhecimento e da qualidade de vida, que contribui para a integralidade do cidadão, colaborando para uma melhor qualificação profissional e rompendo os ciclos de vulnerabilidade.

No que tange a educação, a condicionalidade baseia-se no cumprimento das famílias com relação a matrícula e frequência escolar mínima mensal de 85% para crianças de 6 à 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17anos. E ainda a área da educação realiza o acompanhamento por meio da inserção da frequência escolar no Sistema Presença, ocorrendo a cada dois meses.

O gestor da escolar, tem a obrigatoriedade de preencher o formulário de frequência escolar, inserindo os dados no sistema do PBF na educação ou, caso escola não possua internet, entregando o formulário físico ao Coordenado Municipal do PBF na Educação do respectivo município, bem como inserir os motivos que caracterizam a baixa frequência, de acordo com a Portaria Interministerial nº 3.789, de 17 de novembro de 2004 (BRASIL, 2004c) do Ministério da Educação. Com essas ações e o cumprimento da condicionalidade da educação, as escolas e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações entre alunos, professores, gestores e demais membros da equipe técnica, favorecendo ou não os processos informativos e de comunicação na escola.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 foi considerada a mais completa, principalmente, no sentido de garantir direitos e deveres a cidadania dos brasileiros, proporcionou um avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais. Assegurou também, conquistas nunca antes abordadas, acerca dos direitos sociais no país, principalmente com relação às questões sociais.

Partindo desses aspectos, devemos considerar o fato de que o exercício pleno da cidadania passa pelo acesso à educação, abrindo os horizontes da consciência para que se possa conhecer e reivindicar direitos e deveres, proporcionando, assim, a formação de verdadeiros cidadãos, não ficando apenas para o Estado o dever de educar, mas, responsabilizando também as famílias, criando uma parceria.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Para concretização desse dispositivo, criou-se uma política pública de educação, que necessitava de um sistema educacional democrático, pautados nos princípios da: universalidade, igualdade, gratuidade do ensino público, gestão democrática, entre outros. Embora, a constituição seja a lei maior que rege um país, efetivar os princípios fundamentais, de forma universal, está longe de se concluir e muito distante da realidade cotidiana da população brasileira, pois observamos todos os dias nossos direitos violados, o não cumprimento do exercício pleno da cidadania.

No que diz respeito a frequência escolar dos alunos, esse aspecto é preconizado em diversas legislações, tais como: Constituição Federal de 1988 no artigo 208 parágrafo 3º, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 1996 nos artigos 5º, 9º, 12º, 24º e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) retratando em seus artigos 53 e 56. Esses mecanismos legais são responsáveis por mensurar e minimizar o abandono e evasão escolar dos alunos. Para tanto, combater a repetência, a evasão e o abandono escolar, ocorrências que interrompem ou prolongam a trajetória educacional, é uma luta permanente para os que atuam na educação.

O acompanhamento de condicionalidades do PBF, permite ao poder público mapear os principais problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, relacionados aos serviços de assistência social, saúde e educação, identificando as áreas e as ocorrências de maior vulnerabilidade. Com isto, é possível construir diagnósticos sociais territorializados e implementar medidas que contribuam para orientar as ações de governo de forma intersetorial, principalmente no âmbito das políticas sociais.

Sendo assim, o programa oportuniza para os alunos beneficiários e para as escolas, a permanência dessas crianças e adolescente no âmbito escolar, para então ser trabalhado um ensino com uma matriz curricular que vá ao encontro com a realidade desse público.

3.2. Resgate histórico do currículo na política educacional

Algumas reformulações curriculares nos diversos níveis de ensino foram acontecendo nos últimos anos as quais podemos associar às novas concepções de currículo, passando a ser um componente central do procedimento da educação institucionalizada, por onde perpassam relações econômicas, sociais, políticas, culturais e humanas dentro e fora do espaço escolar, se inserindo a complexidade, aos conflitos e as tensões vividas na sociedade contemporânea que questionam o papel da escola em uma sociedade que deseja alunos capazes de pensar e aprender constantemente, onde desenvolvam conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania.

Historicamente no Brasil a escola era caracterizada por oferecer educação a um grupo privilegiado da elite e/ou dos setores emergentes, sendo assim, as primeiras preocupações com o currículo iniciaram a partir da década de 1920.

Dando um salto histórico, as décadas de 1970 e 1980 marcaram as elaborações de perspectivas novas sobre o currículo, derrubando dogmas e passando de uma questão técnica, para uma questão política.

Com o início da democracia no país, por meio da elaboração da Constituição de 1988, houve a necessidade de se repensar as políticas públicas, incluindo a educação, satisfazendo assim às necessidades básicas de aprendizagem que proporcionassem o enfrentamento de problemas econômicos, sociais e políticos, uma vez que o fracasso, o abandono e a desistência escolar persistem e mostram que um dos grandes desafios da educação contemporânea é a política curricular, garantindo assim que todos os estudantes do Brasil tenham acesso a uma série de conteúdos fixos, que são considerados mínimos para a formação básica.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB estabeleceu uma série de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que deveriam guiar a elaboração dos currículos das escolas e a definição dos conteúdos a serem estudados, passou por uma pesquisa intensa e de longa duração, com debate entre educadores e outros profissionais da área, sempre com o intuito de garantir, cada vez mais, uma educação de qualidade para todos os estudantes do país.

É importante dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996) possui uma política curricular preconizada em seu artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação reformulada pela Lei nº 12.796/ 2013).

Em 2014 com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi colocada como meta a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para todo o Brasil com a finalidade de elevar os padrões de ensino em todas as regiões, visando a redução da desigualdade no desempenho dos alunos.

A BNCC dá diretrizes para a construção dos currículos escolares de todas as redes de ensino no país, e traz como proposta trabalhar o ser (estudante) em sua integralidade, despertando o protagonismo juvenil e considerando o projeto de vida desses estudantes, dialogando com as realidades, respeitando todas as diversidades regionais.

Para a elaboração da BNCC foi necessário amplos debates e consultas à comunidade, em um longo processo de democratização do ensino no país e aumento a participação de pais, professores e alunos de todas as regiões nas decisões envolvendo a educação. Foram aprovadas em 2017 a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 a BNCC para o Ensino Médio.

Hoje os espaços educativos ampliaram-se, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social.

Segundo Álvaro Vieira Pinto (1989, p.29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. É dentro do contexto educacional, que se encontram diferentes sujeitos, como os alunos beneficiários do PBF, que pertencem a diferentes contextos sociais, que trazem sua historicidade construída a partir de diferentes vivências, assim é possível e faz-se necessário buscar saídas para uma democratização do ensino.

3.3. Pobreza e currículo uma complexa articulação: desafios e perspectivas na vida dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família

Façamos uma discussão sobre currículo escolar e pobreza, no sentido de realizar uma análise dessa relação, com seus entraves e avanços, como por exemplo, os conteúdos elaborados na grade curricular da educação, cujo mesmo não discorre e nem trabalho a temática da pobreza e tão pouco traz o resgate histórico da produção e reprodução da pobreza elencado com a conjuntura atual em que vivemos.

Faz-se necessário repensar o currículo vigente, para que o mesmo possa trabalhar uma corrente crítica na vertente da promoção e emancipação da sociedade, tornando-se um desafio para os profissionais da educação. Contudo, essa discussão deve ser levantada, do ponto de vista da cidadania, para que sejam garantidos os direitos preconizados nas legislações, já que a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

escola é um espaço não só de aprendizagem didáticas, mas de relações sociais que tem seus desdobramentos acerca das múltiplas expressões da questão social.

O repensar do contexto educacional, acerca da dimensão excludente dos currículos e as desigualdades sociais, podem ser discutidas na escola, para colaborar na possibilidade de romper o círculo vicioso da pobreza.

A relação entre pobreza e currículo é pouco discorrida e trabalhada, pois existe em nossa política educacional um pensamento do senso comum em que os educadores e demais membros da sociedade tem uma ótica sobre a educação como sendo uma progressão desenvolvimentista, e que segundo Arroyo (2015, p.12) pela qual há uma promessa de progresso por meio do processo escolar obedecendo a um currículo imposto.

Contudo, na atual conjuntura, não é o que estamos vivenciando, um estudo foi lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no ano de 2018 que apontou para a necessidade de repensar as políticas públicas para a juventude, pois revela que 20 milhões de jovens nem estudam e nem trabalham na América Latina e no Caribe. Apresenta uma radiografia da juventude, a partir de dados de 15 mil jovens entre 15 e 24 anos, moradores de áreas urbanas de nove países, entre eles, o Brasil.

A pesquisa mostrou que em média 21% dos jovens, o equivalente a 20 milhões de pessoas, não estudam nem trabalham. Enquanto isso, 41% se dedicam exclusivamente ao estudo e/ ou capacitação, 21% só trabalham, e 17% trabalham e estudam ao mesmo tempo (IPEA, 2018). As taxas são maiores no México (25%), em El Salvador (24%), no Brasil (23%) e no Haiti (19%), por razões como crise econômica, falta de políticas públicas, problemas de saúde ou de ordem médica, obrigações familiares com parentes e filhos, entre outros (IPEA, 2018).

Diante desta realidade, podemos afirmar que é necessário mudanças no processo educacional para que possa ocorrer uma transformação nesse quadro. O discurso de Arroyo (2015) acerca da visão que as pessoas têm da escola é a de formar profissionais preparados para o mercado de trabalho, sendo pessoas que tem utilidade e que são produtivas, de fato são essas ideias que temos e esperamos do âmbito escolar, reafirmando que é através da escola que podemos “mudar de vida”, ter um futuro melhor, avançando, progredindo e mudando, porém percebemos que não condiz com a realidade, os dados nos mostram isso, e sem contar que não está havendo o trabalho para o desenvolvimento crítico dos alunos.

Questionar os currículos é fazermos uma reflexão sobre como garantir esse sucesso aos desiguais que entram na escola e que também se constituem como sujeitos de direito, como afirma Arroyo (2015, p.12):

(...) Logo, esses currículos não dialogam com os(as) pobres ou com a pobreza, nem para entendê-la nem para que os(as) pobres compreendam sua própria condição. Os currículos têm ignorado a pobreza e os(as) pobres como coletivos, e isso resulta exatamente no oposto do que se promete, pois contribui para manter os indivíduos atolados em formas de viver distantes.

Falar sobre pobreza e currículo é uma tarefa delicada, pois realizar uma análise atual, significa conhecermos o passado, apreendermos a historicidade dos fatos para então compreendermos os reflexos na contemporaneidade, estabelecendo a relação entre elas, trazendo a tona a discussão sobre desafios, perspectivas e possibilidades humanas. A pobreza assola a humanidade, por isso, novas políticas públicas são criadas para enfrenta-la, visando minimizar as vulnerabilidades sociais, não estando associada apenas a falta de renda, ela é multidimensional, atingindo outras áreas, incluindo a educação, pois tem uma influência muito grande no rendimento escolar.

A pobreza está relacionada com a situação econômica e social do cidadão, que sofre privações das necessidades mais básicas, vivendo no limite da linha da sobrevivência, intervindo na educação. Segundo Schwartzman (2006) há várias intervenções da pobreza na educação, como por exemplo; as crianças que não adentram na pré-escola por não ter vagas no setor público, mães que precisam trabalhar e não tem um lugar para deixar seu filho, ou os alunos que começam a estudar fora da idade escolar por que precisam ajudar seus pais no trabalho e o mais comum, adolescentes que desistem de estudar para trabalharem, como é o caso de alguns alunos beneficiários do PBF.

Relacionar pobreza e currículo não é fácil, pois ainda existe certa resistência no que refere-se a mudanças estruturais educacional no Brasil. É preciso ter coragem, perseverança e sobre tudo conhecimento para realizar a reestruturação de uma política pública básica, pois a educação tem um papel relevante na vida do cidadão e por consequência para a sociedade, trabalhando com o conhecimento a integralidade e as relações sociais, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, envolvendo diversos atores que vão além da sala de aula, a chamada comunidade escolar (alunos, pais, professores e comunidade).

O currículo utilizado atualmente pode trazer o desenvolvimento escolar mas também gera a desigualdade educacional existente, contudo, uma mudança no currículo, voltado ao cotidiano que vivemos em uma corrente crítica, visando a promoção e emancipação da sociedade, nos proporcionando cidadãos críticos que possam refletir sobre suas vidas, deixando de serem alienados e passando a compreender que ele ainda é o ator transformador da sua própria história(MEDEIROS, 2013).

As análises estatísticas feitas a partir dos resultados do SAEB e do PISA não deixam dúvida de que o principal correlato do mau desempenho das crianças na escola é o

nível socioeconômico de sua família, e, no caso do Brasil, também sua origem étnica (SCHWARTZMAN, 2006, p.15).

A pobreza é latente e está dentro das salas de aula, e ao que foi posto, torna-se necessário repensar os conteúdos estudados (currículos), para que a mesma ofereça uma educação para todos, tratando os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade. E é por meio dessa frase, preconizada na Constituição Federal de 1988, que a 15 anos, o Programa Federal, Bolsa Família, na área da educação, vem desenvolvendo estratégias de resgate da cidadania dos alunos beneficiários, pois a pobreza e a extrema pobreza no Brasil, está começando a ter rosto, cor e endereço.

Não podemos falar sobre protagonismo desses sujeitos se não ampliarmos o olhar para a situação social, econômica e política do contexto atual, sendo que o início dessa mudança pode surgindo por meio da discussão sobre a Base Nacional Comum, que vem ao encontro das necessidades de se ter um parâmetro para um currículo flexível, que atenda as escolas, como forma de garantir um alinhamento na educação brasileira, buscando considerar a necessidade de enxugamento de conteúdos desnecessários, ou seja, excluir o que não for essencial.

As mudanças no currículo advindas da reformulação e implantação no Novo Ensino Médio, podem proporcionar aos alunos beneficiário do PBF na Educação uma base de formação crítica, e uma preparação para o mundo que o cerca, tão competitivo e desafiador.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Precisamos levantar questionamentos a respeito da temática abordada, que é de extrema relevância, tendo em vista que o currículo influencia na formação das pessoas e é decisivo para a execução do processo de aprendizagem, resultando na produção do conhecimento individual e social.

Nas discussões supracitadas, ficou evidente que é fundamental que os profissionais da educação, identifiquem a relação do currículo com a pobreza, incluindo, como os marcos legais tratam tais questões, pois refletem diretamente de que forma os professores abordam essas temáticas.

As demandas oriundas da pobreza estão predominando nos espaços escolares como, por exemplo; os alunos do Programa Bolsa Família. Esses beneficiários são marginalizados pela sociedade por sua condição de vida, e quando consegue chegar na escola, é desenvolvido com ele, um currículo escolar que não condiz com as suas vivências e nem com a sua realidade do cotidiano, tornando-o excludente.

O governo federal, por meio da Base Nacional Comum Curricular, traz a preocupação em trabalhar na construção dos futuros currículos, o protagonismo juvenil, resultando na discussão do Projeto de vida dos estudantes do Ensino Médio, e isso para os alunos beneficiários do PBF é de extrema relevância, mais do que seria para os outros alunos, pois as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, por meio da sobrevivência na extrema pobreza, traz uma expectativa de melhora na vida desse aluno que precisa de um olhar diferenciado do docente.

Observamos alguns pontos acerca da relação entre o currículo, a pobreza e os alunos beneficiários do PBF.

Pontos Negativos:

- Os currículos não dialogam com os pobres e muito menos com a pobreza;
- Os técnicos da educação, em sua maioria, não conseguem realizar uma análise para construção de um currículo flexível que seja adequado para o coletivo;
- Os dados estatísticos nos demonstram um índice preocupante acerca dos jovens brasileiro que estão em idade escolar mas abandonaram a sala de aula e ao mesmo tempo não trabalham, esse é um panorama vivenciado por alguns dos jovens beneficiários do PBF;

Pontos Positivos:

- A aprovação de uma Base Nacional Comum Curricular que norteia a elaboração dos currículos, de forma flexível, vislumbrando o empoderamento dos alunos que pode ser uma propulsor na vida dos alunos beneficiários do PBF, auxiliando no enfrentamento da pobreza e extrema pobreza do Brasil;

A partir das discussões teóricas, de acordo com Arroyo (2015) um currículo que articule com a pobreza deve levar em consideração alguns aspectos, tais como: as diferenças regionais, culturais, econômicas e políticas, o reconhecimento de uma coletividade empobrecida que traz consigo vivências e questionamentos que refletem a própria realidade, estimular o pensamento crítico, abrindo espaço para analisar sobre os problemas sociais, dentre eles a existência e a persistência da pobreza, como bem afirma Freire (1980, p.25); "a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade".

O reconhecimento da criança e do jovem como sujeito de direitos, a serem protegidos e garantidos pelo Estado, pela sociedade e pela família é um salto para a efetivação da dignidade da pessoa humana, cabendo à escola, oferecer aos alunos condições de refletir e de tomar decisões sobre questões relacionadas à sua vida e ao ambiente que os cerca, onde o racismo,

discriminação social, religiosa, cultural e outras formas de discriminação presentes na sociedade sejam discutidos de forma crítica, como a pobreza vivenciada pelos alunos beneficiários do PBF.

As reflexões acerca do currículo escolar, que proporciona a construção coletiva, apresentam a todos os envolvidos, a importância do documento, não só para o espaço escolar, mas também, como pode ser decisivo para a formação da criticidade necessária para as mudanças na escola e em seu entorno, ou seja, na sociedade onde essa se insere.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última etapa do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais considerações da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do artigo.

Precisamos compreender que o ambiente escolar é um espaço de socialização de crenças, identidades, valores e aprendizagem, objetivando garantir aos alunos o direito a uma educação e a salvo de toda forma de negligência e discriminação, promovendo ensino de qualidade, compreendendo e incluindo o contexto familiar e social do aluno no processo educativo, na medida de suas possibilidades.

Mediante a contextualização dissertada neste artigo, podemos perceber a relação existente currículo, pobreza e programa bolsa família, no que tange o resgate da dignidade da pessoa humana, a cidadania e emancipação das famílias em situação de extrema pobreza, possibilitando mudanças políticas, sociais e econômicas no país.

O programa bolsa família proporciona um trabalho intersetorial causando impacto na vida das famílias beneficiárias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. É nesse ensejo que a educação se insere e por meio do currículo, pode-se abordar trabalhar a pobreza existente dentro de sala de aula.

Foram abordados aspectos fundamentais de um currículo que favoreça um desenvolvimento pleno do estudante com uma aprendizagem focalizada em conteúdo que promovam uma maior integração entre escola e a realidade vivenciada pelos alunos, sendo tratado de modo contextualizado, favorecendo as habilidades de cada um.

Diante do exposto, devemos citar que a iniciativa de mudanças propostas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, será um desafio e uma oportunidade aos técnicos da

educação para despir-se de preconceitos, voltando o olhar aos desiguais sem segregar, pois existem aspectos que precisam ser observados no que diz respeito a abordagem sobre a pobreza, o empoderamento, o protagonismo juvenil e o projeto de vida dos estudantes, sendo que características regionais farão a diferença na elaboração e execução dos currículos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Caderno Digital - Módulo V: **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. 2015. p. 12 – 19. Disponível em: <www.cerfort.ufam.edu.br>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. Presidência da República. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. **Regulamentam o Programa Bolsa Família**, 2004.

_____, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF, 9 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria Interministerial MEC/ MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004. Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

_____. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Moraes, 1980.

MEDEIROS, Alexsandro Medeiros. **Humanização versus desumanização: reflexões em torno da pedagogia do oprimido.** Revista Reflexões, Fortaleza – CE – Ano 2, Nº 3 – julho a dezembro de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis, RJ_Vozes, 2008. (Coleção Temas Sociais)

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação e Pobreza no Brasil.** Cadernos Adenauer, [s.l], ano VII, Nº2, 2006.

Sem autor: **Pesquisa revela que 20 milhões de jovens nem estudam nem trabalham na América Latina e no Caribe.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 03/12/2018
Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34460>.
Acesso em: 03 jul. 2019.

SUZUKI, V. **Características para colaboração, elaboração e edição em ambientes virtuais de aprendizagem em arquitetura e design.** Dissertação(mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis, SC, 2010.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.